

# PROTAGONISMO FEMININO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO AMBIENTE RURAL: ARTICULAÇÃO DO GRUPO DE MULHERES RESIDENTES E PRODUTORAS DE CAFÉ DA COMUNIDADE FAZENDA ALEGRIA, CAPARAÓ - ES

Beatriz Carvalho Tavares<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-1501-4187>

Daniela Minuzzo<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-2771-5914>

Annah Bárbara Pinheiro dos Santos<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-6409-817X>

## RESUMO

As trabalhadoras rurais são mão de obra essencial e expressiva no Brasil, porém enfrentam a invisibilidade e a desvalorização do seu trabalho. O objetivo deste trabalho é destacar a importância da articulação do grupo de mulheres como fomentador do protagonismo feminino no desenvolvimento rural, evidenciando a desconstrução de estereótipos, a discriminação e desigualdade de gênero. Foi conduzida uma pesquisa exploratória qualitativa, através de estudo de caso com entrevistas em grupo focal na comunidade Fazenda Alegria, localizada na região do Caparaó – ES. A associação em rede e a pluriatividade evidenciam as múltiplas atuações possíveis no campo e uma nova ruralidade.

Palavras-chave: Gênero, Protagonismo Feminino, Ruralidade, Trabalho Rural.

FEMALE PROTAGONISM AND SEXUAL DIVISION OF WORK IN THE RURAL ENVIRONMENT: ARTICULATION OF THE GROUP OF RESIDENT WOMEN AND COFFEE PRODUCERS OF THE FAZENDA ALEGRIA COMMUNITY, CAPARAÓ - ES

## ABSTRACT

Rural women workers are an essential and expressive labor force in Brazil, but face the invisibility and devaluation of their work. The objective of this work is to highlight the importance of articulating the group of women as a promoter of female protagonism in rural development, showing the deconstruction of stereotypes, discrimination and gender inequality. A qualitative exploratory research was conducted, through a case study with interviews in a focus group in the Fazenda Alegria community, located in the Caparaó region - ES. The network association and pluriactivity show the multiple possible actions in the field and a new rurality.

Keywords: Female Protagonism, Gender, Rurality, Rural Work.

PROTAGONISMO FEMENINO Y DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO EN EL ENTORNO RURAL: ARTICULACIÓN DEL GRUPO DE MUJERES RESIDENTES Y PRODUCTORAS DE CAFÉ DE LA COMUNIDAD FAZENDA ALEGRIA, CAPARAÓ - ES

---

<sup>1</sup> Mestranda em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGTUR/UFF). Pesquisadora bolsista do Projeto Pesquisa Aplicada à Agricultura Familiar e Circuitos Turísticos (UFF/MAPA/MTur). E-mail: [tavaresbeatriz@id.uff.br](mailto:tavaresbeatriz@id.uff.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências com ênfase em Alimentação, Nutrição e Saúde na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente do Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [daniela.minuzzo@gmail.com](mailto:daniela.minuzzo@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduanda em Gastronomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [annah.barbara.santos@gmail.com](mailto:annah.barbara.santos@gmail.com).

## RESUMEN

Las trabajadoras rurales son una fuerza laboral esencial y expresiva en Brasil, pero enfrentan la invisibilidad y la devaluación de su trabajo. El objetivo de este trabajo es resaltar la importancia de la articulación del grupo de mujeres como promotora del protagonismo femenino en el desarrollo rural, mostrando la deconstrucción de los estereotipos, la discriminación y la desigualdad de género. Se realizó una investigación exploratoria cualitativa, a través de un estudio de caso con entrevistas en un grupo focal en la comunidad Fazenda Alegria, ubicada en la región de Caparaó - ES. La asociación en red y la pluriactividad muestran las múltiples acciones posibles en el campo y una nueva ruralidad.

Palabras clave: Género, Protagonismo Femenino, Ruralidad, Trabajo rural.

## INTRODUÇÃO

A sociedade vem apresentando inúmeras modificações ao longo do tempo no que diz respeito às relações interpessoais entre homens e mulheres, em diferentes contextos sociais, como família, trabalho, comunidade e outros. Entretanto, apesar de acompanhar algumas destas alterações, o espaço rural ainda se apresenta como um ambiente de reprodução de muitas práticas conservadoras motivadas pela influência do patriarcado, religião e baixo nível de acesso à educação formal. Ademais, o distanciamento dos grandes centros, mesmo atuando de forma influente nas vivências e características locais, motivam a valorização e proteção devido às atividades de amparo ao patrimônio natural e cultural (Carneiro, 1994).

O Brasil, enquanto país de bases fundamentalmente agrícolas (EMBRAPA, 2018), apresenta uma significativa quantidade de produtores rurais com potencial de desenvolvimento de múltiplas atividades, entre elas o receptivo turístico no meio rural. A adoção da pluriatividade, ou seja, a adoção de formas diversas de utilização da agricultura que envolve “a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural” (Alentejano, 1999, p. 155 *apud* Marin; Trantin, 2010, p. 41) contribui para a realização de ações de combate às desigualdades, ao aumento da pobreza no campo e ao êxodo rural dos jovens. Silva e Schneider (2010) apontam que 38% do valor bruto da produção dos alimentos consumidos internamente no Brasil tem origem na agricultura familiar, evidenciando a importância dos mesmos para o abastecimento interno e, por consequência, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a nível nacional. A agricultura familiar tem como característica particular o envolvimento de todo o núcleo familiar na produção, não havendo assim separação entre o tempo destinado à jornada de trabalho e à família (Schneider, 2020).

Nesse contexto, é possível observar, ainda hoje, a invisibilidade do trabalho feminino no campo, ainda que as mulheres ocupem, majoritariamente, papel central, não só na manutenção do sustento familiar, mas também na manutenção do abastecimento interno nacional, experienciando ainda as particularidades da sobreposição de jornadas entre o trabalho doméstico e o trabalho na

lavoura atribuídas ao gênero (Paulino, 2009; Esteve, 2017). Por diversas vezes, esse trabalho é tido, inclusive pelas próprias mulheres, como uma forma de “ajuda”, colocando-as em uma posição de coadjuvantes em relação aos maridos e demais membros da família, contribuindo para a subvalorização da mão de obra feminina e, conseqüentemente, a desigualdade de gênero e invisibilidade do trabalho. Conforme apontado anteriormente por Paulilo (2009):

Considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria poderia torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla (Paulilo, 2009, p. 180).

Dessa forma, é relevante destacar a importância do reconhecimento do trabalho na formação da identidade rural, principalmente quando levados em consideração as desigualdades de gênero observadas na divisão do mesmo, dentro das dinâmicas familiares. Sendo assim, a divisão do trabalho, seguindo tais orientações, direciona a formação social dos indivíduos de maneiras distintas, proporcionando realidades e identidades diferentes para homens e mulheres (Amorim; Fiúza; Pinto, 2015), para os quais são destacados ambientes distintos, como, por exemplo, o ambiente doméstico como característica feminina, distante da ideia negativa de consumo proposta pelo capitalismo, mas sim do trabalho, do afeto e da família (Barbosa; Campbell, 2006).

Desse modo, a escolha pela análise da região se deu pela percepção do desenvolvimento da pluriatividade local, devido ao potencial turístico presente no entorno do Parque Nacional do Caparaó, situado entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como pela concentração significativa de pequenas propriedades de agricultura familiar e agroindústrias de pequeno porte (Tavares; Santos, 2020), o que motivou também o desenvolvimento de outros estudos, previamente, por parte das autoras. A região do Caparaó, onde se situa a comunidade pesquisada, apresenta características fisiográficas particulares, relacionadas ao *terroir* de altitude, clima e solo, onde é possível encontrar uma variedade de fazendas produtoras, com destaque para a produção cafeeira (Massini; Vale, 2018).

Os dados obtidos na pesquisa apontam que a organização em redes é um importante indutor de mudanças locais e que possibilita a desconstrução dos estereótipos de gênero na divisão do trabalho no campo. Todavia, evidencia-se que a intensificação dos estudos, bem como a realização de ações de conscientização e fomento do trabalho feminino, mediados pelo poder público e demais instituições de apoio ao produtor rural e, especificamente, à cafeicultura, apresentam grande relevância para a intensificação do combate à discriminação e desigualdade de gênero em ambientes rurais.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo destacar a importância da articulação do grupo de mulheres como fomentador do protagonismo feminino no desenvolvimento rural na comunidade

Fazenda Alegria, evidenciando o mesmo como fator para a desconstrução de estereótipos relacionados à divisão do trabalho no campo, à discriminação e à desigualdade de gênero em ambientes rurais. Para tal, foi conduzida uma pesquisa exploratória qualitativa, por meio de estudo de caso, com a realização de entrevistas com grupo focal na comunidade Fazenda Alegria, situada na região do Caparaó – ES. Como respaldo e orientação para a pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as relações de gênero na produção de alimentos em ambientes rurais e o protagonismo feminino possibilitado pela organização em rede, com o intuito de compreender o estado da arte das temáticas em questão.

## METODOLOGIA

Tornando possível explorar o tema a fim de atingir os objetivos deste trabalho, a metodologia desenvolvida foi a pesquisa exploratória qualitativa, com triangulação dos procedimentos metodológicos de estudo de caso, observação participante e entrevistas com grupo focal (Gil, 1999). Dessa forma, o levantamento de dados inicial se deu através da pesquisa bibliográfica em livros, artigos e periódicos nacionais e internacionais, tanto para compreensão e conceituação dos temas pertinentes ao trabalho, quanto para embasamento para análise e interpretação das entrevistas realizadas com membros do Grupo de Mulheres Pérolas do Caparaó, todas residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, situada no distrito do Pequiá, na cidade de Iúna - ES.

A escolha do local de pesquisa corresponde a um recorte da pesquisa em andamento para a dissertação de uma das autoras, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense, abordando o Turismo de Base Comunitária associado à produção cafeeira tradicional da região. Sendo assim, a pesquisadora supracitada já apresentava certa familiaridade com alguns dos produtores mais influentes da comunidade, como a família responsável pelo Sítio Cordilheiras do Caparaó, onde foi recepcionada e hospedada para realização da observação participante.

Desse modo, a comunicação e coleta de dados ocorreu com a observação participante e execução das entrevistas através da imersão na comunidade de pesquisa entre os dias 5 de novembro de 2020 e 5 de janeiro de 2021 – corroborando o entendimento de Boni e Quaresma (2005) a respeito da importância da imersão e envolvimento do pesquisador temporariamente no estilo de vida dos pesquisados, principalmente para uma relação mais próxima, com confiança, simpatia e sem desconfortos, possibilitando uma experiência agradável de entrevista para os entrevistados e, conseqüentemente, respostas mais desenvolvidas e desinibidas.

Sendo assim, foi escolhida como ferramenta a entrevista com grupo focal, de modo que a temática é introduzida a uma maior quantidade de participantes, enquanto apresentação, e debatida pelo grupo ao longo do encontro, promovendo ricas reflexões e comentários sobre “suas experiências

e a dos outros” (Bauer; Gaskell, 2002 *apud* Boni; Quaresma, 2005, p. 73). O intermédio no contato, convite e agendamento do grupo focal ocorreu a partir da produtora Rosa, gestora da empresa familiar Café Cordilheiras do Caparaó. A partir disso, o contato ocorreu com uma breve apresentação da autora responsável pela pesquisa *in loco*, bem como a apresentação da temática da pesquisa, ressaltando aspectos como: produção rural, pluriatividade, divisão do trabalho e associativismo. As mulheres presentes foram incentivadas, portanto, a se apresentar, destacando sua identificação, sua atuação na produção de café da comunidade, suas atividades associadas e suas impressões gerais sobre a identidade local. Ao final de todas as apresentações, os comentários particulares e apontamentos foram livres, ficando sob responsabilidade da pesquisadora somente a mediação do discurso para evitar assuntos externos.

Foram ouvidas as histórias de vida e discursos a respeito do trabalho e experiência feminina na vida no campo e na produção do café na comunidade, de produtoras e residentes avaliadas como primordiais dentro da comunidade. O levantamento de dados primários compreendeu, portanto, seis respondentes, todas mulheres, acima dos quarenta anos, produtoras de café e com diferentes atuações no grupo, como a produtora de cafés especiais, Rosa (Sítio Cordilheiras do Caparaó); a produtora de cafés, bolos, doces e biscoitos, Arlinda; a produtora de cafés e artesã de obras com café, Marisa; a produtora de café e artesã de fibra vegetal, Oniversina; a produtora de cafés e artesã de obras em crochê, Elciane; e a produtora de cafés e hortaliças orgânicas, Gilcelena; sendo todas as mulheres participantes ativas do Grupo de Mulheres Pérolas do Caparaó - Fazenda Alegria.

A pesquisa teve como limitação o curto período disponível para aplicação de entrevistas, bem como o baixo número de participantes, apesar dos esforços para realizar a entrevista com o máximo possível de atores da comunidade, uma vez que alguns membros não se sentiram confortáveis em comparecer à reunião presencial agendada junto ao grupo de mulheres devido à pandemia da Covid-19, mesmo com a realização da mesma em local aberto, com distanciamento e utilização de máscaras. Contudo, foi possível coletar dados com importantes representantes da cadeia produtiva local, algo que conferiu qualidade às respostas obtidas.

Cabe ressaltar ainda que todas as participantes demonstraram interesse e autorizaram a identificação de seus nomes no trabalho, visando a visibilidade de sua atuação e protagonismo em seus ofícios. Ademais, as impressões resultantes da entrevista tiveram seus pontos principais anotados para garantir a execução posterior dos relatos expostos neste artigo, uma vez que, a pedido de parte considerável das participantes, a entrevista não fora gravada, por motivações como nervosismo, timidez ou desconforto.

## GÊNERO, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E RURALIDADE

As mulheres têm papel fundamental na produção de alimentos, entretanto, essa importância é

omitida em vários níveis da cadeia produtiva e, particularmente na produção agrícola, o ambiente rural é estereotipado como ambiente de produção exclusivamente masculino (Lisboa, Lusa, 2010). Segundo dados da ONU *Mujeres* (2011), 60% da fome no mundo afeta mulheres e meninas, e, não sendo a fome um fator resultante da inexistência ou produção de alimentos, “a fome é um problema político, é uma questão de justiça social e de políticas de redistribuição” (Shutter, 2011 *apud* Esteve, 2017, p. 27). A desigualdade de gênero sustenta a negação de acesso destas mulheres à terra, aos recursos e, especificamente, à formação e à tomada de decisão, causando e reforçando as desigualdades sociais – e de gênero – que geram múltiplas consequências, entre elas a própria fome. O sistema agrícola é baseado na lógica capitalista e esse sistema não só se sustenta na sobreposição de interesses particulares às necessidades coletivas, mas também na lógica segregadora e patriarcal que invisibiliza, desvaloriza e subordina a atuação da mulher (Esteve, 2017, p. 80).

Paulilo (2009, p. 180) sustenta a diferenciação entre trabalho “produtivo” e “improdutivo”, associado à dicotomia entre o ‘público’ e o ‘privado’ que alocou, tradicionalmente, os homens ao domínio público, a partir da definição do papel de provedor da família, e as mulheres à esfera privada, sendo responsáveis pela manutenção do lar e o cuidado com os filhos como forma de retribuição mediante o sustento financeiro promovido pelo marido (Sousa; Guedes, 2016). Essa divisão gerou a noção de “homem provedor” e “mulher cuidadora”, fundamentando, assim, a divisão sexual do trabalho, conseqüente da relação destes trabalhos como remunerado ou não remunerado. Segundo Souza e Guedes (2016, p. 123), essa divisão das atribuições, socialmente definidas, do que cabe a homens ou mulheres “no fim das contas, permanecem nas concepções culturais, uma vez que delegam ainda às mulheres as responsabilidades da reprodução social”.

A organização do seu bem-estar social no Brasil tem como base o arranjo familiar onde o trabalho doméstico feminino é utilizado para suprir a carência de serviços públicos e políticas sociais (Fontoura *et al.*, 2010). Dados do Censo de 2010 (IBGE, 2011) apontam que 81% da população brasileira vive em área urbana e somente 19% na área rural. O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil, criado em 1980, tem entre seus objetivos a luta por condições que possibilitem a manutenção, justa e digna, das mulheres e de suas famílias, no campo (Paulino, 2009).

Queremos continuar no campo, produzindo alimentos, preservando a vida, as espécies e a natureza, desenvolvendo experiências de um Projeto popular para a agricultura, através: da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção, da valorização do trabalho das mulheres camponesas. (8ª Assembleia Estadual do MMC/SC, 2001 *apud* Lisboa; Lusa, 2010).

A articulação das mulheres trabalhadoras rurais na luta por direitos dos agricultores brasileiros sempre ocorreu, um exemplo é a atuação destas nas Ligas Camponesas, criadas em 1950 no Nordeste

brasileiro, que se destaca como uma importante organização de luta pela terra e direitos dos agricultores. Entretanto, a participação das mulheres nos movimentos sociais rurais era condicionada à participação de seus maridos e/ou familiares, como consequência disto, se houvesse impedimento legal ou falecimento destas mulheres, os respectivos homens assumiam os cargos de liderança que elas ocupavam como uma continuidade, por muitas vezes, as conquistas dessas mulheres eram creditadas aos maridos a quem estavam associadas e não a elas (Siliprandi, 2009).

A primeira questão que recebeu destaque na organização das mulheres rurais relaciona-se ao direito de sindicalização, uma vez que somente um membro de cada família era sindicalizado, tradicionalmente, o homem. Mesmo após a conquista deste direito, os movimentos permaneceram autônomos, uma vez que não encontraram espaço para valorização do trabalho e luta das mulheres nas estruturas sindicais. Somente após o IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1985, que a sindicalização foi conquistada através de uma moção que reconhecia a condição profissional das mesmas como trabalhadoras rurais (Carneiro, 1994).

Historicamente, a articulação das mulheres em redes de luta por todo o país reivindicou, e ainda reivindica, o acesso das mulheres à terra (titulação conjunta com os maridos; direito à posse e à propriedade de lotes de terras nas reformas agrárias), o reconhecimento e valorização da profissão de trabalhadora rural (anteriormente identificadas como ‘domésticas’), garantia a direitos sociais e de previdência, direitos sindicais, acesso a auxílios de saúde, questões relacionadas à segurança alimentar, formação e qualificação profissionais, reconhecimento das trabalhadoras rurais na agricultura familiar, combate à discriminação e à misoginia, entre outras (Siliprandi, 2009).

A aproximação das lutas das mulheres rurais com o movimento feminista iniciou-se na década de 1980, despertado pela ‘segunda onda do feminismo’ nos grandes centros urbanos e com a instituição da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, este período ocorreu concomitante ao regime militar, o que caracterizou o movimento por forte politização contra as opressões de gênero e desigualdades sociais (Aguiar, 2015). A partir de sua associação com a agroecologia, ocorreu a identificação com um modelo de agricultura mais relacionado com as causas sociais, trazendo não só a valorização de um sistema agroalimentar ambientalmente sustentável, mas também econômica e socialmente responsável, assim incluindo o engajamento nas questões que tangem a busca pela justiça social (Siliprandi, 2009).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Questionar-se sobre a invisibilidade e empoderamento feminino permite também reconhecer a mudança de pensamentos e atitudes já em curso, de modo que, ainda que sejam observadas muitas situações de injustiças sociais e desigualdades, motivadas principalmente por questões de gênero na região do Caparaó e em todo o Brasil rural, já são visíveis e frequentes as atividades de resistência e

militância de mulheres, moldadas pelas dificuldades proporcionadas pelo campo, pelo patriarcado e pelo próprio capitalismo. Sendo assim, pensar as desigualdades de gênero presentes nas zonas rurais da região do Caparaó, por meio da metodologia escolhida, possibilita entender o corpo feminino como mais um ponto de disputa de poder (Amorim; Fiúza; Pinto, 2015), bem como de materialização da propriedade e dominação (Bourdieu, 1989), de forma similar ao ocorrido nas territorialidades (Lefebvre, 1986; Haesbaert, 2007). Portanto, no contexto da região analisada, é possível concordar com Haesbaert (2007) a partir da afirmação de que o território emana relações de poder simbólicas e funcionais, abrangendo tanto seu caráter identitário desenvolvido pelos residentes quanto as funções exercidas pelos mesmos em congruência com os recursos naturais locais, dos quais podem se destacar principalmente as atividades agrícolas, como cafeicultura, fruticultura e horticultura (Massini; Vale, 2018).

Ao abordar a temática de maneira mais aprofundada, é possível realçar, em primeiro lugar, a construção social e política da invisibilidade feminina nas narrativas ao longo da história (Melo, 2015), devido às dinâmicas patriarcais e capitalistas de divisão sexual do trabalho, setorizando a participação de homens e mulheres em ambientes públicos e privados, respectivamente. Assim como abordado previamente e enfatizado por Melo (2015):

O principal argumento era que a história das mulheres era invisível porque a história oficial apenas descrevia a esfera pública e a história das mulheres tinha lugar na esfera do privado. Hoje podemos argumentar, com fatos e documentos, que a história das mulheres, mesmo quando é do domínio público, é quase sempre remetida pela ideologia dominante para o privado e para o esquecimento (Melo, 2015, p. 54).

Sendo assim, são destacáveis na região abordada nesta pesquisa fatores inquietantes a respeito da invisibilidade feminina no trabalho rural, como apagamento do nome feminino da empresa de agricultura familiar local, exclusão das mulheres do direito à herança, baixa escolaridade e instrução femininas, entre outras. Desta forma, por ser uma região com grande reconhecimento da produção cafeeira de especialidade, visitada por turistas e empresários do ramo do café, advindos de diversas regiões do Brasil e do mundo, as mulheres ainda se tornam responsáveis pelas atividades de hospitalidade, mas, na maior parte das vezes, não possuem o próprio nome vinculado ao café que produzem, seja este vendido pela própria empresa familiar ou pelo empresário visitante. Além disso, a ausência de direito às terras bem como a baixa instrução acabam tornando compulsório a realização de casamentos, visando algum conforto e ascensão social na comunidade, o que muitas vezes enfatiza a dependência financeira e patrimonial das mulheres e naturaliza as relações desiguais dentro da própria família.

A seguir, são apresentadas algumas impressões resultantes da entrevista em grupo focal com o Grupo de Mulheres Pérolas do Caparaó, criado extraoficialmente no ano de 2019, após insatisfação com a burocracia criada no grupo de produtores, gerido pelas grandes cooperativas da região. As



mulheres da comunidade Fazenda Alegria se reuniram buscando a criação de um grupo para debate de ideias e necessidades locais perante as instâncias governamentais, bem como organização de eventos e cursos profissionalizantes. A vinculação de membros é realizada de forma voluntária pelas produtoras interessadas, sendo os encontros realizados aos domingos, após a missa, na igreja local. Entretanto, devido à situação pandêmica vivenciada desde o ano de 2020, os encontros foram reduzidos em frequência, bem como em quantidade de participantes, sendo a maior parte das informações repassadas de forma virtual.

Foi possível identificar diferenças na percepção do próprio trabalho e importância no meio rural por parte das mulheres presentes, bem como desejo de conquista de direitos e espaços na própria comunidade. No momento inicial do debate, todas as mulheres apresentaram sua identidade bem estabelecida, definindo-se enquanto produtoras rurais e enfatizando a cafeicultura como atividade principal da família, no entanto, no momento das apresentações individuais, foi possível perceber as particularidades e afinidades de cada uma, tornando possível compreender o exercício da pluriatividade pela maioria.

O grupo focal fora mediado pela pesquisadora, trazendo as principais temáticas a serem abordadas a respeito da identidade e trabalho no campo, na intenção de instigar as participantes a problematizar a própria participação e valorização, bem como avaliar as relações de gênero presentes no ambiente familiar. Desta forma, o debate apresentou, em sua maior parte, a liderança natural de Rosa, produtora de cafés especiais de destaque na localidade e a porta-voz do grupo, responsável pela motivação dos residentes da comunidade em investir no potencial de suas propriedades e empreendimentos, bem como pelas solicitações coletivas aos órgãos governamentais da região, tanto para melhorias estruturais locais junto à Prefeitura de Iúna, quanto para investimentos técnico-profissionalizantes com cursos e consultorias com órgãos como Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) e SENAR/ES (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do estado do Espírito Santo), responsáveis por projetos de desenvolvimento rural sustentável e educação no meio rural, respectivamente.

Ao apresentar de forma sintetizada sua história de vida enquanto produtora rural, apresentou como fator mais desgastante o acúmulo de funções desde muito jovem, onde ressalta que, enquanto jovem recém-casada, antes de atingirem a maturidade de seu empreendimento de cafés especiais, internacionalmente reconhecido no momento atual, acumulava o cuidado com os filhos pequenos, a lavagem de roupas e fraldas de pano, a limpeza da casa e a produção de comida para a família, bem como a “ajuda” no período da colheita. De modo que, nestes períodos, necessitava acordar horas antes dos demais para realização dessas atividades antes do serviço. Esta observação empírica é corroborada por Salvaro e colaboradores (2014), quando afirmam:

O que reafirma o fato de que, em grande medida, são ainda as mulheres que precisam conciliar atividades domésticas, cuidado dos filhos, de parentes envelhecidos e/ou doentes, atividades na lavoura, manejo de animais domésticos, entre outras, com a participação e a militância política em movimentos sociais (Salvaro; Lago; Wolff, 2014, p. 61).

Além disso, quando liberada do trabalho da lavoura, a entrevistada destaca o rigor nos horários das refeições realizadas fora de casa por parte dos homens da comunidade, devendo ser levadas nas plantações no alto das montanhas onde se encontravam os mesmos. Desta forma, qualquer falha ou atraso era mal visto dentro da comunidade, tanto pelos demais homens que recebiam suas refeições nos horários corretos, tanto pelas mulheres por notarem sua “falha”, o que era motivo de chacota e consequente desentendimento com o marido. Exigência esta, adequadamente explicada por Esteve (2017):

O patriarcado atribui algumas ocupações ao gênero feminino, o qual, por “natureza”, tem de assumir tais funções. Mãe, esposa, filha, avó abnegada, sacrificada, altruísta. Quem não cumprir com esse dever carrega o peso, a culpa de ser “mãe ruim”, “má esposa”, “má filha” e “má avó”. Assim, ao longo da história, as mulheres têm devolvido estas tarefas de cuidado, em função de seu papel de gênero. A esfera do trabalho “produtivo”, desse modo, é domínio da masculinidade, enquanto o trabalho considerado “improdutivo”, em casa e não remunerado, é patrimônio das mulheres. Fica estabelecida uma clara hierarquia entre trabalhos de primeira e “labores” de segunda. São impostas tarefas específicas, valorizadas e não valorizadas, visíveis e invisíveis, dependendo do nosso sexo (Esteve, 2017, p. 92).

A entrevistada Marisa se destacou pela participação de forma descontraída e bem-humorada, ainda que abordasse, em alguns momentos, assuntos mais delicados a respeito de sua trajetória de vida até tornar-se moradora da comunidade, uma vez que, natural da cidade do Rio de Janeiro, quando casou, mudou-se para a comunidade natal do marido, dedicando-se de maneira tão intensa à produção do café quanto o mesmo. Adicionalmente, ainda é responsável sozinha pelas “atividades de cuidado”, exemplificadas por Esteve (2017), como a dedicação às tarefas alimentares, à limpeza, ao cuidado dos familiares, da casa, dos animais, da horta, entre outros.

A entrevista Gilcelena, inicialmente, se posicionou desconfiada com as discussões do encontro, se apresentando como cafeicultora em tempo integral, indisponível para realização de quaisquer outras atividades fora do âmbito da lavoura, que possibilitariam a composição da pluriatividade por sua parte, como o artesanato, o empreendedorismo e a recepção turística. Entretanto, à medida que os questionamentos foram sendo debatidos, a produtora identificou que, de fato, se dedica ao cuidado de uma horta agroecológica em sua propriedade, onde produz grande variedade de alimentos orgânicos com interesse comercial para ampliação da renda familiar, os quais comercializa, fora da época das safras do café, na entrada da comunidade, ligada diretamente à Rodovia Presidente Costa e Silva (BR-262).

A reunião contou também com ativa participação da produtora Oniversina, que, em conjunto com a produtora Rosa, foi responsável por levantar questionamentos relevantes e motivar o

compartilhamento das histórias de vida por parte das participantes mais tímidas. Com história, atividades e motivações semelhantes às demais, trouxe seu ponto de vista sobre a relevância da atuação conjunta das mulheres da região para estruturação da comunidade, melhoria da qualidade de vida e maior valorização da mão de obra feminina na cafeicultura. Desta forma, enfatizou a motivação e importância na criação do grupo, visando a conquista coletiva e o desenvolvimento da comunidade em aspectos como: exigência do saneamento básico, estímulo da profissionalização, promoção de eventos e atividades turísticas locais, bem como organização em rede com demais comunidades da região, centradas ou não no protagonismo das atividades femininas.

Apesar de enfatizar a sobrecarga e as múltiplas jornadas de trabalho, criticou a falta de empenho e motivação das participantes que não estavam presentes no dia da entrevista, utilizando a si e as demais presentes como exemplo de produtividade e dedicação ao investir algum tempo para o empreendedorismo, artesanato e demais atividades para atender encomendas e participar de eventos e feiras realizadas pela igreja local, o que gera maior renda para a família e aumenta a visibilidade na comunidade, na região. As informações explicitadas pela entrevistadas são corroboradas novamente por Salvaro e colaboradores (2014):

Em grande medida, ainda, na agricultura familiar, as mulheres são responsáveis por atividades domésticas e os homens por atividades consideradas produtivas, predominando a noção de que a realização de atividades produtivas por mulheres se trata de “ajuda”. As atividades domésticas, realizadas por mulheres na esfera considerada reprodutiva, incluem a limpeza da casa, criação dos filhos, o preparo de alimentos, entre outras; e as consideradas produtivas, realizadas por homens, incluem a administração da propriedade, plantio, colheita, comercialização, entre outras (Salvaro; Lago; Wolff, 2014, p. 62).

A afirmação acima apresentada foi exemplificada ainda pela fala da produtora Elciane, que, de forma mais tímida que as demais, se apresentou apenas enquanto auxiliar nos serviços de colheita e beneficiamento do café da própria família e de outros produtores da comunidade, afirmando não saber e nem se dedicar a nenhuma outra atividade. Contudo, foi rapidamente interrompida pelas demais, corrigindo sua fala e atribuindo a ela também o ofício de artesã de peças em crochê. Diferente da produtora Arlinda, que, apesar de retraída e desconfiada com o propósito da reunião, exibiu posicionamentos fortes sobre seu papel e importância no meio familiar e agrário, enfatizando suas habilidades dentro das artes, artesanato e culinária como fator ampliador da renda familiar, sendo um exemplo claro da importância da pluriatividade exercida majoritariamente pelas mulheres das comunidades rurais.

É possível destacar que, mesmo com a baixa adesão das mulheres da comunidade ao encontro para a entrevista, as presentes se apresentaram como atores-chave da comunidade, possibilitando compreender também a história de vida de muitas que não estavam presentes, muitas destas parentes ou amigas próximas das mulheres citadas. Assim sendo, foi abordada a história da prima de uma das entrevistadas, trabalhadora rural dedicada às atividades exigidas pela família, do campo e domésticas,

desde sua juventude. As jornadas de trabalho excessivas e exaustivas, associadas à ‘desonestidade’ do marido, foram fatores apresentados pelas entrevistadas como decisivos para o divórcio do casal. Entretanto, devido às estruturas tradicionais estabelecidas a respeito da posse de terras, ocorreu a tentativa do mesmo em realizar o processo de forma injusta e prejudicial à mulher, deixando-a sem terras, felizmente sendo desmotivado pela reprovção geral da comunidade com a atitude. Cabe ressaltar que a desmotivação da violência patrimonial ressalta a importância da organização em rede pelas mulheres da comunidade, ainda que o direito à propriedade da terra seja garantido pela condição de matrimônio pelo artigo 1575 do Código Civil de 2002 (Brasil, 2002), além da Lei 13.777/2018, relativa à multipropriedade do direito agrário e exploração do imóvel rural (Brasil, 2018), responsável pela promoção da igualdade real de gênero no campo e reconhecimento do trabalho feminino na agricultura (Esteve, 2017).

A partir das considerações e relatos apresentados, foi possível desenvolver uma relação de atividades exercidas por homens e mulheres dentro das dinâmicas familiares presentes na comunidade em questão, as quais foram reunidas no quadro a seguir.

Quadro 1. Divisão sexual do trabalho dentro das dinâmicas familiares da comunidade

	MULHERES	HOMENS
ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dedicção à atividade principal da família</li> <li>- Dedicção ao artesanato, culinária e hospitalidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dedicção exclusiva à atividade principal da família</li> <li>- Concentração de bens familiares</li> <li>- Responsabilidade financeira</li> </ul>
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Hospitalidade (sempre)</li> <li>- Presença em eventos religiosos (procissões e romarias)</li> <li>- Empreendedorismo em feiras da comunidade</li> <li>- Trabalho externo (lavoura)</li> <li>- Trabalho doméstico (cozinha, limpeza, organização)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Hospitalidade (ocasionalmente)</li> <li>- Presença em eventos religiosos</li> <li>- Trabalho externo (lavoura)</li> </ul>
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manejo de lixo e resíduos</li> <li>- União coletiva para solicitação de melhorias nas estruturas de saneamento básico</li> <li>- Produção de gêneros alimentícios agroecológicos em hortas particulares ou comunitárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manejo sustentável de resíduos da plantação (adubo)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O quadro acima evidencia a diversidade de atividades realizadas na dinâmica do grupo pesquisado, a partir do ponto de vista feminino, tornando possível ressaltar o quantitativo de atividades protagonizadas pelas mulheres em comparação com os homens, quando estratificado a partir do recorte de gênero. Além de afirmarem executar, de maneira exclusiva, todo o trabalho relacionado à manutenção da vida e do ambiente doméstico, as mesmas ainda executam as atividades que relacionam-se com a atividade principal da família, somando ainda atividades ‘complementares’, como artesanato, produção de itens culinários e hospitalidade. Por vezes, essas atividades complementares e o trabalho externo (lavoura) são reconhecidos como apenas uma ‘ajuda’ ou como atribuições ‘naturalmente femininas’, especialmente no que tange aos cuidados relacionados à manutenção da vida e da casa, enfatizando a sobreposição de atividades entre as duas, três ou mais jornadas exercidas por estas mulheres.

Ainda que careça do ponto de vista masculino para composição dos apontamentos trazidos acima, abordagem que certamente poderá ser conduzida em novas pesquisas para enriquecer o debate também acerca das masculinidades dentro dos estudos de gênero, o período de observação participante na comunidade pesquisada possibilitou confirmar, *a priori*, a veracidade da exposição dos elementos de desequilíbrio no contexto de divisão do trabalho.

Sendo assim, cabe destacar a prioridade na mudança dos contextos sociais como investimento em educação (Galetti, 2013) e incentivos para mulheres empreendedoras (Sen, 2000), uma vez que a independência econômica se destaca enquanto um dos principais caminhos para emancipação e empoderamento social, cultural e político. A partir dessa necessidade, um dos caminhos identificados na comunidade pesquisada foi o desenvolvimento do próprio negócio, seja a partir do artesanato, da agroindústria ou hospitalidade. No entanto, o empreendedorismo feminino não deve ser enxergado como uma exclusividade, mas sim como um complemento para a equidade de gênero no ambiente rural, sendo fundamental o reconhecimento público da atuação feminina no campo, como, por exemplo, a utilização do nome das produtoras em conjunto com seus maridos na identificação dos produtos comercializados pela empresa familiar.

Assim como o café se configura como elemento produtivo principal da comunidade e de toda a região do Caparaó, uma das produtoras destacou que a sensibilização de sua família levou à criação de uma linha de cafés especiais com seu nome, o ‘Café da Rosa’, onde são destinados os microlotes<sup>4</sup> de maior valor agregado. Além disso, quando comercializado para torrefações nacionais e internacionais, os empresários e profissionais do café também apresentam importante papel no reconhecimento do trabalho feminino ao agregar o nome da família produtora, em substituição à

---

<sup>4</sup> O termo microlote se refere a pequenos lotes de café de qualidade excepcional, com características como rastreabilidade, exclusividade e notas sensoriais diferenciadas.

identificação exclusiva do homem da família, bem como utilização de selos como ‘Café Feminino’ (Lemos; Do Vale, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender algumas dinâmicas sociais e de gênero nas estruturas familiares da comunidade Fazenda Alegria, situada na região do Caparaó - ES, especialmente no que concerne à estratificação do trabalho de homens e mulheres no campo. Apesar de ser um estudo em andamento, algumas importantes reflexões emergiram da realização de entrevistas de grupos focais com atores-chave da comunidade. A subvalorização do trabalho feminino se destacou enquanto um dos principais fatores de desconforto e desigualdade social local, sendo evidenciada pelo apagamento do próprio trabalho no campo, limitação ao ambiente doméstico em eventos de maior porte e submissão a condições hierárquicas arbitrárias e conservadoras.

Assim como diferentes indivíduos de uma localidade propagam diferentes características culturais e identitárias de acordo com suas vivências, principalmente de trabalho e gênero, pensar a correção de certas desigualdades não corresponde diretamente à promoção de oportunidades iguais, mas sim de uma estrutura que vise a equidade perante injustiças históricas. De modo que correções efetivas na realidade local devem tangenciar projetos e planejamentos pelas instâncias governamentais, valorizando e protagonizando a mão de obra feminina, restituindo o espaço ofuscado através da invalidação e invisibilização ao longo da formação das comunidades rurais locais e da própria sociedade brasileira.

Cabe ressaltar que, muitas das vezes, as reuniões promovidas pelo grupo são as únicas oportunidades vivenciadas na rotina dessas mulheres para expressão de opiniões sem julgamento familiar ou de uma figura masculina, bem como espaço para instrução e profissionalização da mão de obra feminina, o que permite a possibilidade da emancipação feminina através do conhecimento. Ao se discutir os anseios, ideias e percepções da população em questão, é evidenciada a importância da execução de ações e políticas públicas que visem promover o protagonismo e o fortalecimento dessas redes, almejando o empoderamento e a emancipação das mulheres rurais tão necessárias na comunidade. O desenvolvimento de projetos que promovam a experiência e a vivência do campo, ao passo que possibilitam o desenvolvimento de cursos de capacitação, formação profissionalizante e oficinas de sensibilização que trabalhem as temáticas de agroecologia, hospitalidade, gestão e empreendedorismo, também são interessantes para projetos de pesquisa e extensão universitários, uma vez que possibilitam efetuar o aprofundamento em pesquisas sobre temáticas ainda escassas no Brasil, ao passo que promovem o retorno social para a comunidade.

A capacitação da mão de obra feminina associada à pluriatividade não agrícola já exercida evidencia as múltiplas atuações possíveis no campo e uma nova ruralidade. Essa, por sua vez, é muito

relacionada à atividade turística, e com o conceito de um ‘rural idílico’, que carrega a visão do campo a partir da cidade, do urbano, e movimenta uma cadeia de serviços e equipamentos que têm como premissa a fruição das tradições e modo de vida campesino. Sendo assim, a partir do potencial de desenvolvimento turístico apresentado e desejado na comunidade, tais projetos e formações possibilitariam atuar na redução da desigualdade de gênero vivenciada na comunidade a partir da visibilização e emancipação feminina através do conhecimento e envolvimento com a sociedade; destacando-se o turismo de base comunitário pela sua potencialidade em promover a população em seu próprio desenvolvimento, principalmente levando-se em consideração o reconhecimento das metodologias participativas com foco em gênero como um fator de planejamento igualitário e emancipador (Araújo, 2016).

Para futuros estudos, é importante que haja uma maior sensibilização da comunidade local para a realização de mais pesquisas, além da melhora no cenário pandêmico geral do país, de preferência, com a existência de uma vacina com ampla distribuição entre a população de todas as classes sociais. Além disso, seria de grande importância a ampliação da população de pesquisa para compreensão da organização em redes de outros grupos de mulheres em comunidades rurais, próximas ou não, para que se entenda o desenvolvimento das políticas e ações de promoção da igualdade de gênero dentro da produção de alimentos e da própria sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 1 recurso online (xxx, 491 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281133>>. Acesso em: 13 mai 2021.

AMORIM, E. O.; FIÚZA, A. L. de C.; PINTO, M. N. de A. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? *Caderno Espaço Feminino* - Uberlândia-MG - v. 28, n. 1 – Jan./Jun. 2015 – ISSN online 1981-3082 Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/27046>>

ARAÚJO, M. Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 2, p. 34-61, 2016. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1091>. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1091>>. Acesso em: 29 dez 2020.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BONI, V. ; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. 2. 68-80. 10.5007/18027, 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/288882472\\_Aprendendo\\_a\\_entrevistar\\_Como\\_fazer\\_entrevistas\\_em\\_Ciencias\\_Sociais](https://www.researchgate.net/publication/288882472_Aprendendo_a_entrevistar_Como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais)>. Acesso em: 29 dez 2020.

- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: Notas sobre sua participação política e condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 11-22, jun, 1994. Disponível: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>>. Acesso em: 26 dez 2020.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, 1998. Disponível: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>>. Acesso em: 15 dez 2020.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/resultados\\_do\\_universo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf)>. Acesso em: 05 jan 2021.
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (2018). *Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira*. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/visao/trajectoria-da-agricultura-brasileira>>. Acesso em: 05 jan 2021.
- ESTEVE, E. V. *O negócio da comida: Quem controla nossa alimentação?* Editora Expressão Popular, 1º ed, São Paulo, 2017.
- FONTOURA, N. *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.11-46, jun. 2010.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HECK, R. M.; LANGDON, E. J. Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 129-151, 2002. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf#page=126>>. Acesso em: 05 jan 2021.
- LEMOS, T. de C. S.; DO VALE, A. R. O “Café Feminino” no contexto da certificação Fair Trade: uma análise sobre o papel das mulheres na COOPFAM. *OKARA - Geografia em debate*. v. 14, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54764>. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/54764>>. Acesso em: 13 mai 2021.
- LISBOA, T.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 871-887, Dec. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300013>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jan 2021.
- MASSINI, V. S.; DO VALE, C. C. A cobertura nacional, o potencial paisagístico e o turismo no Parque Nacional do Caparaó (ES/MG). *Caminhos de Geografia*, 19(67), 253-267, 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/39091>>. Acesso em: 05 dez 2020.
- MARIN, M. Z.; TRENTIN, C. E. G. Desenvolvimento rural: análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul-RS. *Revista Perspectiva*, Erechim – RS, v. 34, n. 127, p. 35-51, set., 2010. Disponível em: <[https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/127\\_120.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/127_120.pdf)>. Acesso em: 05 dez 2020.
- ONU Mujeres. *Hechos y cifras sobre las mujeres rurales*, 2011. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/es/news/in-focus/rural-women-day/2011/facts-and-figures>>. Acesso em: 05 jan 2021.
- PAULILO, M. I. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 2, p. 179-202, 2009.



RAMOS, G. S. Leitura feminista da história das mulheres no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v.21, n.3, p.1232-5, dez. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300026>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300026>>. Acesso em: 05 jan 2021.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. de S.; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 51-70, Apr. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100004>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000100004&lng=en&nrm=iso)>.

SCHNEIDER, C. O. *et al.* Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 245-258, Apr. 2020. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i2.2560>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122020000200245&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122020000200245&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jan 2021.

SEN, A. K. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 220-235.

SILVA, C. B. C. ; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 183-207.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>>. Acesso: 29 dez 2020.

SOLLA, X. M. S. Turismo rural. Tendências e perspectivas. In Irving, M. de A., Azevedo, J. & Lima, M. A. G. (Org.). *Turismo: ressignificando sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital Letra e Imagem, 2018.

SOUSA, L. P. ; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estud. av.*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, Aug. 2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt>> Acesso em: 29 dez 2021.

TAVARES, B. C.; SANTOS, A. B. P. *Turismo pós-pandemia: a ruralidade como alternativa e oportunidade*. Caderno de resumos do 1º Seminário Acadêmico Turismo e Inovação “Os impactos da Covid-19 e a recuperação da atividade do turismo”, Universidade de São Paulo, 2020.